
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO – CTAP
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 60ª REUNIÃO

4 **Data:** 30 de outubro de 2007

5 **Local:** Auditório da SRHU/MMA, Brasília - DF.

6 **REPRESENTANTES:**

- 7 • Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Conselheiro Márley Caetano de Mendonça
- 8 (marley.mendonca@mma.gov.br);
- 9 • Ministério do Meio Ambiente/ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br);
- 10 • Ministério dos Transportes: Conselheiro Martinho C. V. dos Santos
- 11 (martinho.santos@transportes.gov.br);
- 12 • Ministério da Saúde : Jailma Marinho Bezerra de Oliveira (jailma.oliveira@funasa.gov.br);
- 13 • Ministério da Integração Nacional: Daniel Sosti Perini (dsperini@gmail.com);
- 14 • Ministério da Defesa: Conselheiro Luiz Gustavo Couto Costa Evelyn Soares
- 15 (adj3saeil@eme.eb.mil.br);
- 16 • Ministério da Ciência e Tecnologia: ausência;
- 17 • Ministério de Minas e Energia: Conselheiro Gualter de Carvalho Mendes
- 18 (gualtermendes@mme.gov.br);
- 19 • Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Conselheiro Marcelo Barbosa Sampaio
- 20 (marcelo@seap.gov.br);
- 21 • Conselho Estadual de Recursos Hídricos-DF/GO: Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira
- 22 (terezaesmeraldo@yahoo.com.br);
- 23 • Conselho Estadual de Recursos Hídricos-BA/CE: Maria Aparecida Nunes
- 24 (manunes@srh.ba.gov.br);
- 25 • Concessionárias: Valdeci Goulart (valdeci.goulart@aes.com);
- 26 • Pescadores, Tuismo e Lazer: Antonio Ediberto de Carvalho (aedibas@hotmail.com);
- 27 • Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@uol.com.br);
- 28 • Consórcios e Associações Intermunicipais: ausência;
- 29 • Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Marco Aurélio Holanda de Castro
- 30 (marco@ufc.br);
- 31 • Organizações Não Governamentais: Conselheira Thereza Christina Pereira de Castro
- 32 (tcspcastro@yahoo.com.br).

33 **DEMAIS PRESENTES:**

- 34 • Andrea Figueiredo – MME (andrea@mme.gov.br);
- 35 • Azarias Caralho de Oliveira – AABE (prefeiturade carolina@hotmail.com);
- 36 • Fábio Lavor Teixeira – ANEEL (flavor@aneel.gov.br);
- 37 • Fernando Henrique Avelar Oliveira (fernandoavelaroliveira@hotmail.com);
- 38 • Fred Crawford Prado – MT (fred.crawford@transportes.gov.br);
- 39 • Gilney de Oliveira Vilarim – FURNAS (vilarim@furnas.com.br);
- 40 • João Alberto Martins – PM Carolina/MA (prefeiturade carolina@hotmail.com);
- 41 • João Clímaco Soares – Conselheiro – ONG (climaco@uai.com.br);
- 42 • João Olímpio Barboza – PM Carolina/MA (prefeiturade carolina@hotmail.com);
- 43 • José Vicente Miranda Regina – TRACTEBEL (jvicente@tractebelenergia.com.br);
- 44 • Juliana Lessa Machado – CESTE (juliana.machado@uhe-estrito.com.br);
- 45 • Nilva Lopes Mariano – CESTE (nilva.mariano@uhe-estrito.com.br);
- 46 • Nonato Melo (raimundo.melo@camara.gov.br);
- 47 • Norma Pinto Villela – CESTE (norma.villela@uhe-estrito.com.br);
- 48 • Paulo Ferreira Loreto Neto – (loreto.neto@globo.com.br);
- 49 • Roberto Alves Monteiro – MMA/SRHU (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- 50 • Rodrigo Laborne Mattioli – MMA/SRHU (mattioli.rodrigo@gmail.com);
- 51 • Sebastião de Souza Machado (souzavereador@hotmail.com);
- 52 • Tiago Machado – ELABORE (tiago.machado@elabor.com.br);

53 • Vitor Luiz Curvelo Sarno – SRH-BA (diretor.adjunto@srh.ba.gov.br).

54 **RELATORIA:**

55 • Aureliano Cesar Martins Silva – SRHU/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

56 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

57 Item 1 – Abertura. No dia 30 de outubro de 2007, com início às 9h50, a Câmara Técnica de
58 Análise de Projeto – CTAP realizou a sua 60ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias,
59 sob a presidência do **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**, tendo como relator o Sr.
60 Aureliano Cesar Martins Silva, da Secretaria Executiva do CNRH. Após os cumprimentos
61 iniciais, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** informou a presença dos novos membros
62 integrantes da CTAP, o Sr. Vitor Luiz Curvelo Sarno e a Sra. Maria Aparecida Nunes
63 representantes do CERH-BA e o Sr. Antonio Ediberto de Carvalho representante do segmento
64 Pescadores e Usuários de Água para Turismo e Lazer, desejando-lhes boas-vindas. A seguir
65 passou aos informes e noticiou a realização do I Encontro Nacional de Colegiados Ambientais –
66 ENCA, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, entre 16 e 18 de outubro, em Brasília.
67 Disse que o evento contou com participantes de órgãos federais, estaduais e municipais, além de
68 observadores de diversas entidades e proporcionou resultados importantes para a agenda do
69 MMA. Informou também sobre a realização do IX Encontro Nacional de CBH's nos dias 23 a 26
70 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR), com 1200 participantes e ressaltou a presença significativa
71 de quatro câmaras técnicas do CNRH. A seguir abriu a palavra aos presentes para mais informes.
72 A Sra. **Maria Aparecida Nunes (CERH-BA)** informou a nova composição do Fórum dos CBH
73 com a participação de comitês do Estado da Bahia e a realização da reunião dos órgãos gestores
74 estaduais, como parte integrante do programa do evento. O **Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês)**
75 destacou que este foi o maior de todos os eventos até então realizados pelos comitês de bacias.
76 Várias reuniões paralelas estimularam a participação dos seus dirigentes, que sugeriram a
77 realização do próximo evento em Recife/PE ou Rio de Janeiro/RJ. O **Sr. João Clímaco (ONG)**
78 relatou a reunião das organizações civis, dentro desse mesmo contexto, com uma análise da
79 conjuntura e das limitações enfrentadas, bem como dos êxitos conquistados. Parabenizou o
80 Estado da Bahia pela atuação competente no encontro e apoiou a realização do próximo fórum
81 em Recife/PE. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** solicitou a apresentação dos
82 presentes e em seguida passou do Item 2 – Aprovação da ata - 59ª Reunião CTAP. O relator
83 informou que o **Sr. Fred Crawford (MT)** solicitara alterações nas linhas 84 a 86, 92, 117, 129,
84 133, 142, 192 e 233 a 235, conforme texto encaminhado por correio eletrônico. Não houve mais
85 manifestações e a ata da 59ª Reunião da CTAP foi aprovada com as alterações solicitadas. A
86 seguir, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** esclareceu a relação existente entre os
87 itens 3, 4 e 5 da pauta, propôs a discussão em conjunto desses itens, após as apresentações e
88 concedeu a palavra às Sras. Juliana Lessa e Norma Villela (CESTE) para o encaminhamento do
89 Item 3 – Apresentação: O Estágio Atual da UHE-Estreito (Consórcio CESTE). A Sra. Juliana
90 Lessa (CESTE) apresentou a composição do consórcio e as características físicas do projeto
91 com destaque para: localização no rio Tocantins, nos Municípios de Estreito (MA), Palmeiras do
92 Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO); potência de 1.087 MW; energia assegurada de 584,9 MW
93 com 8 unidades geradoras Kaplan, de 135,87 MW; barragem de CCR, com 480m de
94 comprimento e altura máxima de 70m; área do reservatório de 400 km², excluindo a calha do
95 Rio; vertedouro para o extravasamento das vazões de enchente localizado na margem esquerda,
96 contendo 14 vãos de 19,1m de largura e 22,50m de altura, com vazão de projeto de 62.719 m³/s
97 (tr 10.000 anos) e comportas tipo segmento. A seguir expôs as fases de execução das obras
98 discriminando a primeira fase em execução com: desmatamento e limpeza da área do canteiro;
99 implantação do canteiro industrial, contemplando área de jazidas, bota-fora, paiol de explosivos,
100 área para instalação das centrais de concreto e britagem; escavação da área da casa de força, na
101 margem direita; escavação da área do vertedouro, na margem esquerda; construção das
102 enscadeiras, e aterro da subestação. Finalizou com as etapas realizadas e a realizar tais como:
103 emissão da Licença Prévia em 29/04/05 e da Licença de Instalação em 14/12/06; assinatura do
104 contrato de fornecimento de equipamentos em 01/02/07; início da implantação do canteiro de

103 obras 15/02/07 e das obras civis – fase 1 em 01/06/07; mobilização fase 2 em 01/10/07; início
104 das obras civis – fase 2 em 01/02/08 e a entrada em operação das 8 unidades geradoras a partir
105 de 01/09/2010. Na sequência a **Sra. Norma Villela (CESTE)** informou a presença da Sra. Nilva
106 Lopes Mariano integrante da equipe do consórcio CESTE. Prosseguiu a apresentação com a
107 caracterização da área de abrangência do projeto e dos municípios impactados pela inundação.
108 Descreveu o plano de aproveitamento energético da bacia do rio Tocantins, composto por nove
109 usinas hidrelétricas, das quais quatro encontram-se em operação, Serra da Mesa, Cana Brava,
110 Peixe Angical e Lajeado. Teceu comentários sobre o EIA/RIMA, licenciamento e diagnóstico
111 ambiental. No diagnóstico socioambiental destacou as condições de vida da população local, as
112 atividades de turismo, lazer, o transporte hidroviário e o demais usos existentes na região. Ainda
113 no diagnóstico socioambiental traçou um panorama das principais cidades. Imperatriz e
114 Araguaína: cidades consolidadas. Polarizadoras de caráter regional e extra-regional,
115 compreendem os centros administrativos, centros de abastecimento comercial e de prestação de
116 serviços especializados de saúde e educação. Carolina e Estreito: articulações extra-regionais ou
117 polarizadoras de centros locais, dispendo de concentração expressiva de comércio e serviços
118 públicos. Filadélfia e Goiatins: complementares às anteriores, através da oferta de determinados
119 serviços. Babaçulândia, Darcinópolis, Itapiratins, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins:
120 restringem-se ao apoio às atividades rurais de seus respectivos municípios. Aguiarnópolis e
121 Barra do Ouro: estrutura urbana pouco consolidada, praticamente isentas de atividades
122 comerciais e de prestação de serviços, recém emancipadas. Relacionou as principais
123 interferências do projeto no ambiente natural. No meio físico: os jazimentos minerários, a
124 elevação do lençol freático e a qualidade das águas superficiais e subterrâneas. No meio biótico:
125 a supressão de vegetação; a perda e/ou alteração de habitats da fauna terrestre; o afugentamento e
126 redução da fauna terrestre; o aumento da pesca e caça predatórias; o aumento de acidentes com
127 animais peçonhentos; a proliferação de vetores de interesse médico (dengue, malária,
128 leishmaniose, doença de chagas e febre amarela); o risco de proliferação de macrófitas;
129 alteração de habitats da fauna aquática, e a alteração na composição das comunidades da fauna
130 aquática. No meio socioeconômico: o remanejamento de populações; a reorganização de
131 atividades econômicas; a sobrecarga na infra-estrutura; a saúde pública; o patrimônio
132 arqueológico, e a relocação de infra-estrutura. Enfatizou que para cada interferência listada
133 existe o estudo e planejamento correspondente para prevenir, minorar ou compensar o problema
134 causado. Enfatizou também que a construção da UHE-Estreito não vai interferir em nenhuma das
135 cachoeiras naturais da região ou nas áreas de reserva indígena e que não haveria motivo para
136 preocupação ou aflição da população local em relação a essas cachoeiras. Quanto às praias
137 naturais, disse que algumas sofrerão impactos, a exemplo da praia de Palmas do Tocantins, mas
138 que os estudos e projetos elaborados propõem a construção de praias artificiais em substituição
139 àquelas que forem atingidas. Relatou os trinta e nove programas ambientais previstos pelo
140 consórcio, com destaque para o programa para elaboração do plano diretor dos doze municípios
141 atingidos pela usina, considerado como a ferramenta de planejamento de suma importância para
142 promover o crescimento desses municípios. Disse que esse programa já está concluído,
143 submetido a duas audiências públicas e disponível para análise e aprovação das equipes técnicas
144 das prefeituras locais. Citou as parcerias com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais
145 e as empresas contratadas para a execução desses trinta e nove programas. Concluiu
146 apresentando o atestado de conformidade com as melhores práticas obtido pelo consórcio
147 CESTE na fase do licenciamento ambiental, junto ao Bureau Veritas Certification - BVQI, por
148 conta da sua atuação dentro dos princípios da legislação brasileira e internacional, especialmente
149 em relação à incorporação da variável ambiental em seus projetos. Agradeceu à CTAP pelo
150 convite e oportunidade e em nome da equipe colocou-se à disposição para os esclarecimentos
151 necessários. Encerradas as apresentações o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**
152 observou a abrangência das mesmas com abordagens sobre questões ambientais, inclusive o
153 licenciamento e recomendou que as manifestações, apesar de abertas a esclarecimentos de todos
154 os temas apresentados, fossem focadas nas questões de recursos hídricos, atribuição precípua da

155 CTAP. A seguir passou aos esclarecimentos e concedeu a palavra ao **Sr. Marcelo Sampaio**
156 **(SEAP)** que fez uma série de perguntas a seguir apresentadas. 1. Qual o contingente de
157 pescadores atingidos e quais deles são atendidos por programas de inclusão social do Governo
158 Federal? 2. Quais as medidas mitigatórias e compensatórias a serem empreendidas para atender
159 às comunidades de pescadores? 3. Haverá o desmatamento e onde serão dispostos os
160 remanescentes vegetais que serão inundados? 4. Como estão distribuídos os acessos à água ao
161 longo do reservatório em função da variação da cota. 5. Quais as medidas para determinar a
162 capacidade de carga do reservatório e os estudos de hidrodinâmica, com vistas a aquicultura? 6.
163 O monitoramento de quelônios possui algum desdobramento ou seria apenas o monitoramento?
164 7. O que foi pensado em infra-estrutura para as comunidades de pescadores? Há previsão de
165 escada de peixes? Quais as obras de infra-estrutura e acesso estão sendo previstas? Colocou a
166 SEAP à disposição do consórcio para a discussão das questões formuladas. A **Sra. Norma**
167 **Villela (CESTE)** esclareceu que a abrangência das apresentações estaria direcionada à uma
168 platéia com composição heterogênea, mas que não haveria problema em canalizar conforme as
169 atribuições da câmara técnica e passou a responder as indagações do Sr. Marcelo Sampaio
170 (SEAP). Disse que em relação às comunidades de pescadores existe a preocupação do
171 empreendedor tanto na sua permanência quanto na manutenção da renda, inclusive na utilização
172 alternativa dos barcos de pesca para transporte de banhistas durante a temporada de praia.
173 Confirmou o desmatamento da área de inundação para evitar a formação do “*paliteiro*”,
174 entretanto defendeu a tese que esse desmatamento não atinja a área total do reservatório como
175 forma de garantir permanência de matéria orgânica para o desenvolvimento dos peixes. Quanto à
176 aquicultura disse que não há como trabalhar essa questão sem a parceria com a SEAP, como já
177 ocorre em outros empreendimentos. No tocante ao acesso à água, explicou que consta do Plano
178 de Uso do Entorno do Reservatório, requerido pelo IBAMA, a ser elaborado pelo empreendedor
179 em consonância com os Planos Diretores dos Municípios e sujeito às adequações necessários
180 para o atendimento das diversas demandas do próprio IBAMA, das prefeituras, dos usuários e
181 das comunidades locais, tudo isso discutido nas audiências públicas realizadas para essa
182 finalidade. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP) ponderou que se o plano de uso do entorno do
183 reservatório não definir a configuração dos acessos à água antecipadamente, correr-se-ia o risco
184 de “*privatização*” do entorno impossibilitando o acesso à água pela população. A Sra. Norma
185 concordou e argumentou que a UHE-Estreito seja talvez a primeira hidrelétrica a conter um
186 plano diretor e um plano de uso do entorno antes da formação do lago, sem descartar a
187 possibilidade de atualização e ajuste, de acordo com as necessidades oriundas do
188 desenvolvimento da região. Completou informando que prazo de conclusão desse plano de uso
189 expira em dezembro de 2008, mas a intenção do consórcio seria concluí-lo e apresentá-lo em
190 dezembro de 2007. Quanto à escada de peixes informou que na fase do licenciamento ambiental
191 o IBAMA solicitou um estudo a respeito, que após realizado concluiu pela não necessidade da
192 escada e foi acatado pelo Instituto. Quanto às etapas posteriores ao monitoramento de quelônios
193 afirmou que ninguém saberia informar porque a definição dessas etapas dependeriam dos
194 resultados desse monitoramento, ainda não disponíveis, mas que o objetivo seria colher o maior
195 número de informações sobre o assunto, para melhor subsidiar as decisões futuras, não só para os
196 quelônios, mas também para a ictiofauna, qualidade da água, hidrodinâmica e tudo mais.
197 Novamente concordou com o Sr. Marcelo Sampaio (SEAP) e informou que o monitoramento de
198 quelônios já se iniciou para ter parâmetros de comparação antes e depois da intervenção. Disse
199 que o estudo de hidrodinâmica foi realizado com o foco na interface direta com a construção da
200 usina, mas que poderia ser complementado futuramente para atendimento de outras necessidades
201 como a aquicultura. Disse que todos os estudos estariam disponíveis aos interessados, bastando
202 formalizar a o pedido e solicitou à Sra. Nilva Mariano (CESTE) que complementasse as
203 informações de caráter social a respeito das comunidades de pescadores. A **Sra. Nilva Mariano**
204 **(CESTE)** falou sobre o cadastramento sócio-econômico realizado em 2003/2004 com a
205 preocupação de detectar as atividades econômicas impactadas e os extratos populacionais
206 localizados nas áreas de interferência do reservatório, dentre os quais inserem-se as comunidades

207 de pescadores. Disse que essas comunidades serão melhor quantificadas e caracterizadas dentro
208 do programa da ictiofauna, cujo escopo de trabalho inclui a etapa do diagnóstico da atividade
209 pesqueira e da população ligada a essa atividade. Informou que as três famílias impactadas pelo
210 canteiro de obras já estariam sendo tratadas com medidas compensatórias pela perda de renda
211 constatada. O **Sr. Marcelo Sampaio (SEAP)** indagou ainda se haveria no momento alguma
212 avaliação quali-quantitativa do contingente de pescadores e foi respondido que existe apenas o
213 prognóstico para a realização dessa avaliação. O **Sr. Fred Crawford (MT)**, reportando-se a um
214 trabalho que realizara durante trinta e três dias em meados da última década, , entre o final do
215 remanso do Lago de Tucuruí (PA) e Miracema do Tocantins (TO), no rio Tocantins e a bordo de
216 uma embarcação, objetivando verificar e detalhar os passos difíceis para a navegação, quando
217 também observara importantes temas ambientais como botos, quelônios e ictiofauna; e
218 considerando que não haverá escadas de peixe na barragem de Estreito, que os botos são
219 mamíferos de hábitos aquáticos e que os quelônios nidificam no maior rigor das vazantes,
220 perguntou ao CESTE: a) se os botos tinham sido considerados nos estudos ambientais; e b) se a
221 possibilidade de deplecionamento do reservatório fora estudada, mesmo sendo um
222 aproveitamento ao fio d'água, para criar melhores condições de reprodução aos quelônios e dar
223 uma salutar pulsação ao rio. . Quanto à navegação, ponderou que o programa de relocação da
224 infra-estrutura, do CESTE, não contemplou a hidrovia que lá existe há muito tempo. Falou que
225 essa relocação se daria no plano altimétrico, uma vez que o nível d'água seria alterado e há
226 necessidade de se proporcionar condições para a movimentação das embarcações. Informou que
227 no porto de Estreito (MA) existem saídas de barcos para diversas localidades de montante, com
228 escalas regulares, que serão prejudicadas pela construção dessa barragem. Questionou a não
229 construção da eclusa e a não relocação da hidrovia, pela falta de observação artigo 37 do Código
230 de Águas. Observou que na apresentação do CESTE, em um dos desenhos mostrados, há
231 previsão da construção de uma eclusa, que não era do seu conhecimento, e perguntou se houve
232 entendimento com algum órgão do Ministério dos Transportes sobre a conformidade,
233 dimensionamento e outros detalhes construtivos dessa eclusa, como a inserção de comboios nos
234 seus canais de acesso. Observou, por fim, considerando o disposto no Código de Águas (artigos
235 11 e 14) e na Constituição Federal (artigo 20, *caput*, inciso III), no plano de uso do reservatório
236 da barragem de Estreito, uma preocupação com os planos diretores municipais, mas nenhuma
237 referência aos terrenos marginais ou terrenos reservados, que coincidem com as áreas de
238 preservação permanente, mas são bens inalienáveis, que devem ficar sempre sob a guarda da
239 União, para o uso comum da população e prestação de serviços públicos como a sinalização
240 náutica, e solicitou esclarecimentos a respeito. A **Sra. Norma Villela (CESTE)** mostrou-se
241 contrária à idéia de deplecionamento do reservatório por uma série de desdobramentos negativos
242 resultantes dessa ação, sob o ponto de vista ambiental. Em relação à relocação da hidrovia e a
243 construção da eclusa disse que os entendimentos foram mantidos com o Departamento Nacional
244 de Infra-estrutura de Transportes - DNIT que respondeu por meio dos ofícios nº 2958, de 31 de
245 agosto de 2006 e nº 3320, de 05 de outubro de 2006, cujas cópias xerox foram distribuídas na 59ª
246 reunião da CTAP, conforme registro em ata às linhas 191 a 195. Esclareceu que nesses ofícios o
247 DNIT admite a responsabilidade pela construção da eclusa quando houver disponibilidade
248 orçamentária para isso. A **Sra. Juliana Lessa (CESTE)** informou que no Edital de Leilão de
249 Estreito está previsto no item 3.17 que o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico
250 contempla as projeções básicas de espera da eclusa, necessárias a viabilizar o futuro sistema de
251 transposição de embarcações, a qualquer momento. Concluiu que caberia ao consórcio prever a
252 estrutura da eclusa no projeto básico da UHE, o que foi feito. Para a questão das áreas marginais
253 a **Sra. Norma Villela (CESTE)** esclareceu que segundo informações do MME na reunião
254 anterior, todas as usinas hidrelétricas do país são patrimônio da União e tratadas com todas as
255 regras e preceitos que regem esse patrimônio. Com isso, prosseguiu, há o envolvimento da CGU,
256 do Departamento do Patrimônio da União, do IPHAN, para a liberação da área para a construção
257 do empreendimento. A utilização da faixa marginal do reservatório está associada ao plano de
258 uso do reservatório previsto em lei, que em sua opinião não deveria ficar somente em nível de

259 planejamento interno da empresa, mas ser discutido com toda a sociedade. Sobre a sinalização
260 do reservatório disse que foi elaborada uma proposta projeto com a participação de
261 representantes da Marinha e órgãos afins, atualmente em análise no IBAMA. O **Sr. Roberto**
262 **Monteiro (SRHU)** perguntou como estaria considerada a faixa entorno do reservatório. A **Sra.**
263 **Norma Villela (CESTE)** respondeu que a proposição seria de 30 metros no meio urbano e 100
264 metros no meio rural podendo variar de acordo com o uso a ser dado. O **Sr. Marco Aurélio**
265 **Holanda (OTEP)** disse que a experiência tem mostrado que se gasta muito dinheiro e energia
266 com planos diretores e projetos para a aprovação e construção de obras, entretanto após essa fase
267 não há definição de quem ficaria responsável pela execução do plano diretor de uso do entorno.
268 Como os órgãos públicos não possuem recursos financeiros e humanos para executar essa
269 atividade, o que ocorre normalmente é a privatização e a entrega ao poder econômico. A **Sra.**
270 **Norma Villela (CESTE)** concordou com a observação, mas ponderou que o plano diretor
271 municipal é uma obrigação legal prevista no Estatuto das Cidades, que diz que se não houver
272 plano diretor no município, para a construção de uma usina o empreendedor deve apoiar técnica
273 e financeiramente a elaboração desse plano. Disse que além dessa vertente legal a ser cumprida
274 existe outra vertente a do planejamento local que torna-se uma ferramenta impar para o
275 desenvolvimento local. Quanto à implementação desse plano diretor não tem dúvida que seria
276 atribuição dos prefeitos municipais, que possuem alternativas, como a celebração de parcerias e
277 convênios, sem perder o papel de orquestrador apoiado por um conjunto de forças do poder
278 público e da iniciativa privada. O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** perguntou se haveria
279 um aporte financeiro específico para esse fim e foi respondido que o aporte do CESTE não é
280 especificamente para a implantação de um plano diretor, mas para prevenir, minorar e compensar
281 as interferências que o empreendimento gera. Nesse momento houve uma discussão prolongada
282 sobre a fiscalização no perímetro do reservatório e o papel do órgão fiscalizador, o que levou o
283 **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** a retomar a palavra para informar a inscrição de
284 onze pessoas no debate, solicitar a maior objetividade possível tanto nas perguntas quanto nas
285 respostas e passar a palavra à **Sra. Theresa Christina (ONG)** que observou uma dicotomia
286 entre a apresentação e esclarecimentos prestados pela equipe do consórcio e a realidade local.
287 Relatou audiências públicas realizadas no município de Carolina, sem a participação e o
288 atendimento das demandas da sociedade civil. Perguntou qual a participação da sociedade civil
289 no empreendimento. A **Sra. Maria Aparecida (CERH-BA)** relatou erros cometidos em
290 Sobradinho, como a falta de água para a população a 10km da barragem, para perguntar sobre o
291 dimensionamento da quantidade de população relocada. A **Sra. Norma Villela (CESTE)** evitou
292 comentar ou tecer críticas aos problemas existentes em Sobradinho por ter sido realizado na
293 década de 1970, em um momento político diferente do atual, sem a legislação ambiental e de
294 recusos hídricos. Disse que traçando um paralelo entre as duas usinas constata-se a
295 impossibilidade de cometer os mesmos erros do passado porque a atual legislação não permite.
296 Quanto ao acesso à água disse que tem de ser garantido, com aval da ANA e do CNRH e que não
297 teria dúvidas quanto ao atendimento desse dispositivo, pelas avaliações do programa de
298 relocação da população que indicam um contingente de cerca de oito mil pessoas e as
299 alternativas de atendimento de forma coletiva e individual, nos meios urbano e rural. Disse que
300 as informações sobre o programa constam de uma cartilha de orientações aos moradores locais
301 divulgada maciçamente na região, com a convocação para as reuniões coletivas e individuais, já
302 em curso, por meio de carro de som, jornais rádios e todos os meios de comunicação disponíveis.
303 A **Sra. Nilva Mariano (CESPE)** complementou a informação procurando ater-se às reuniões
304 realizadas. Declarou a realização de seis reuniões em Carolina na sexta-feira(26), sábado(27),
305 domingo (28), segunda-feira(29) e inclusive nesta data terça-feira(30), com convites individuais
306 às duas mil famílias atingidas pela barragem. Após essas informações houve contestação por
307 parte dos representantes da sociedade civil e das entidades locais que afirmaram desconhecer
308 essa atividade. A discussão tornou-se acalorada o que levou o **Sr. Márley Caetano de**
309 **Mendonça (SRHU)** a retomar a palavra, solicitar a todos que aguardem a oportunidade de
310 manifestação de acordo com a ordem de inscrição e retornou a palavra à **Sra. Norma Villela**

311 **(CESTE)** que disse entender que um ou outro não tenha conhecimento face ao número
312 expressivo de famílias (duas mil) e municípios (doze) e do processo dinâmico dos meios de
313 comunicação. Mas declarou-se surpresa com esse desconhecimento por parte das autoridades
314 locais, uma vez que as reuniões, além dos convites individuais e da ampla divulgação nos meios
315 de comunicação locais, utilizam-se de espaços públicos como a câmara de vereadores.
316 Considerou haver algum equívoco que precisa ser identificado e corrigido. Em relação à
317 dicotomia apontada pela Sra. Theresa Christina (ONG) declarou-se preocupada porque o
318 consórcio possui cinco centros instalados na região: três centros de informação, um em Estreito,
319 outro em Babaçulândia e outro em Carolina; um núcleo de educação ambiental em
320 Aguiarnópolis; um centro de atendimento ao migrante e em fase de abertura outro centro de
321 informação em Filadélfia. Todos em locais visíveis e acessíveis com a logomarca da empresa,
322 abertos à visitação pública em busca de informação, além das equipes centrais para responder
323 prontamente às demandas e manter o diálogo com a comunidade local. Disse que atender 100%
324 da população dos 12 municípios seria praticamente impossível, porque sempre haverá alguém
325 reclamando que não foi ouvido e que a política da empresa seria ouvi-lo também. Os protestos
326 sobre o distanciamento entre o consórcio e as comunidades retornaram e o **Sr. Márley Caetano**
327 **de Mendonça (SRHU)** passou a palavra ao **Sr. Gualter Mendes (MME)** que julgou ter uma
328 boa notícia diante da discussão acalorada sobre a UHE-Estreito, onde a ansiedade em busca de
329 responsabilidades estaria evidente. Sobre os recursos para a implementação dos planos diretores
330 referiu-se àqueles provenientes da compensação financeira pagos pelo setor elétrico, que
331 segundo seus cálculos ultrapassariam a R\$20milhões/ano representando cerca de R\$800mil/mês
332 para os estados e igual valor aos municípios distribuídos proporcionalmente a área alagada de
333 cada um. O **Sr. Luiz Fernando Cybis (CBH)** lembrou a motivação dessa discussão sobre a
334 UHE-Estreito. Revelou preocupação quando se discute um plano diretor com enfoque de plano
335 de manejo de recursos hídricos elaborado com o viés de um só usuário, o setor elétrico, que
336 apesar ser o primeiro e o principal a se utilizar dos recursos hídricos, estar bem organizado e
337 estruturado, necessitaria abrir o diálogo com os demais usuários da bacia. Afirmou que a CTAP
338 não estaria discutindo ou analisando o projeto, etapa já ultrapassada uma vez que a obra
339 encontra-se em execução. Disse que na melhor das hipóteses estaríamos questionando os PBA's
340 ou discutindo a gestão de recursos hídricos. Diante dessas constatações e da inexistência de
341 comitês de bacia na região propôs ao empreendedor a criação de um programa de incentivo aos
342 Estados do Maranhão e Tocantins, no sentido de se criar e implantar os comitês de bacias, nesse
343 momento que considerou oportuno, com a possibilidade de início da arrecadação da
344 compensação financeira, a mobilização da sociedade e as leis estaduais existentes. A pedido do
345 Sr. Marcelo Sampaio (SEAP) perguntou como se daria a negociação com os posseiros locais. A
346 **Sra. Norma Villela (CESTE)** respondeu que os planos diretores tiveram seus termos de
347 referência submetidos antecipadamente às prefeituras e às comunidades e que as muitas
348 contribuições apresentadas foram incorporadas aos documentos finais. Quanto à proposta de
349 utilização dos recursos da compensação num programa de incentivo a criação de comitês disse
350 que nem o empreendedor nem o setor elétrico possuem essa autonomia para determinar aos
351 municípios e estados a forma de aplicação desses recursos e que estaria em tramitação no
352 Congresso Nacional um projeto de lei nesse sentido. Ao Sr. Marcelo Sampaio (SEAP) respondeu
353 que os posseiros também estão contemplados nos programas com os mesmos direitos dos
354 pequenos produtores. Os **Srs. Fernando Avelar e Sebastião de Souza (Carolina-MA)**
355 perguntaram para onde seriam relocados os moradores ribeirinhos considerando que às margens
356 do lago encontram-se um parque nacional e grandes áreas de privadas de produção de soja.
357 Foram respondidos que o tratamento dessa questão tem sido individual e coletivo, de acordo com
358 o interesse dos moradores, com ambas as partes participando da escolha do novo local para o
359 assentamento. O **Sr. João Clímaco (ONG)** disse que sua manifestação estaria parcialmente
360 contemplada com a intervenção e proposta do Sr. Luiz Fernando Cybis (CBH) no sentido de que
361 não se trata mais de analisar ou impedir o projeto, fato já assimilado pela população e sim de
362 ajustar o processo de gestão aos interesses das comunidades locais. Todavia observou que isso

363 ainda não foi percebido pelos representantes da sociedade civil, a partir da documentação
364 produzida desde o ano 2000, o que tem causado insegurança. Disse que os empreendedores do
365 setor elétrico, nas análises de custo/benefício de seus projetos, invariavelmente não incluem o
366 custo social, o que contraria a atual legislação e demonstra a resistência do setor à implantação
367 da Lei nº 9433/97. Resumiu sua manifestação a dois pontos. Primeiro: indagou até onde o
368 empreendedor estaria disposto a aproveitar o momento propício dessa discussão, para de fato
369 promover o gerenciamento integrado do empreendimento e da bacia, com a participação efetiva
370 da população e a criação de um clima de confiança nos verdadeiros propósitos do
371 desenvolvimento regional e não na desconfiança dos interesses do poder econômico. Segundo:
372 constatado desencontro das informações onde um diz que existe a comunicação com a
373 comunidade e outro não tem conhecimento das ações desenvolvidas e considerando que não
374 seria papel da CTAP promover uma acareação para apurar que estaria falando a verdade
375 perguntou sobre as possibilidades do empreendedor e do setor elétrico acolherem as propostas
376 dos representantes da sociedade civil, no sentido de reconfigurar o programa de gerenciamento e
377 sair desta reunião com uma proposta concreta de um mecanismo gestão integrada e participativa,
378 para não ultrapassar o limite que levaria a uma ação judicial para o embargo e a paralisação das
379 obras. Concluiu afirmando que se esta decisão não for tomada nesta reunião seria apenas um jogo
380 de cena e perda de tempo de todos que se deslocaram. O **Sr. Vitor Sarno (CERH-BA)**
381 perguntou quando estaria previsto o alagamento, qual o valor previsto pelo consórcio para a
382 implementação dos programas. Disse que em sua opinião a relocação da população vem sendo
383 tratada no varejo e quando a questão deveria ser vista num macrozoneamento que incluísse a
384 implementação do sistema de recursos hídricos, com a criação dos comitês de bacias, a
385 elaboração dos respectivos planos e a estruturação dos órgãos gestores. A **Sra. Norma Villela**
386 **(CESTE)** informou que os planos diretores trabalharam com unidades ambientais homogêneas e
387 macrozoneamento para identificar o que seria possível e viável no uso do solo da
388 municipalidade, levando em consideração os planos e programas municipais e estaduais, sempre
389 com a premissa de evitar que as pessoas saiam da região. Informou que o alagamento seria em
390 maio de 2010 e que os valores de investimento solicitados poderiam ser calculados e repassados
391 posteriormente. O **Sr. Marcelo Sampaio (SEAP)** apresentou formalmente à mesa um conjunto
392 de perguntas a serem encaminhadas ao empreendedor para responder oportunamente. O **Sr. João**
393 **Clímaco (ONG)** solicitou respostas do empreendedor para os dois pontos por ele colocados
394 referentes à sua disposição para rever o modelo de gestão até agora utilizado e sair desta reunião
395 com uma configuração definida de gerenciamento integrado e participativo do empreendimento
396 de acordo com os interesses de todos. A **Sra. Norma Villela (CESTE)** ponderou que o Sr. João
397 Clímaco (ONG) partiu da premissa que o modelo de gestão estaria errado, com o que ela
398 discordou. Todavia ratificou que o empreendedor está totalmente aberto a receber uma proposta
399 concreta de um novo modelo de gestão, para avaliar, discutir e definir as alterações que venham
400 a ser pactuadas. O **Sr. João Clímaco (ONG)** sugeriu então que após o almoço fosse elaborada a
401 proposta do novo modelo de gestão. Às 12h55 o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**
402 interrompeu os trabalhos para o almoço e avisou que no reinício dos trabalhos previsto para
403 14h30 o Sr. Fábio Lavor (ANEEL) apresentaria o [Item 4 – Apresentação: O Processo de Outorga](#)
404 [da UHE-Estreito \(ANA/ANEEL\)](#). O **Sr. Fábio Lavor (ANEEL)** contextualizou os motivos que
405 demandaram a apresentação, face às dúvidas suscitadas na reunião do GT-Estreito e na 59ª
406 CTAP. A seguir passou a expor a legislação pertinente e o processo de transição para a emissão
407 da outorga da ANEEL para ANA, decorrente da Lei nº 9433/97, que institui a Política Nacional
408 de Recursos Hídricos e da Lei nº 9984/2000, que dispõe sobre a criação da ANA, entre outras
409 providências. Destacou os artigos 12, 14 e 54 da Lei 9433/97 e os artigos 4º e 7º da Lei
410 9984/2000, todos sobre os procedimentos de outorga. Relacionou o disposto nesses artigos à
411 Resolução nº 131/2003 da ANA, ao Decreto de 26/11/2002 e ao Contrato de Concessão nº
412 094/2002, para concluir que a outorga de concessão para exploração de potencial hidráulico da
413 UHE-Estreito foi emitida de acordo com a legislação vigente à época. O **Sr. Vitor Sarno**
414 **(CERH-BA)** perguntou se a resolução nº 131 da ANA foi referendada pelo CNRH e se foram

415 realizados estudos e avaliações sob o ponto de vista hidrológico. Foi respondido afirmativamente
416 em relação aos estudos e avaliações. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU)** complementou
417 informando que durante o período do processo de outorga pela ANEEL, também houve o
418 processo de licenciamento no IBAMA e que esses processos estão associados, resultando na
419 análise de todos os documentos relativos aos estudos, avaliações e projeto, pelos respectivos
420 órgãos. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** também esclareceu que referendar as
421 deliberações da ANA não é atribuição do CNRH. O **Sr. João Clímaco (ONG)** questionou o
422 processo de outorga da UHE-Estreito e com o propósito de instar a câmara técnica a tomar um
423 posicionamento sobre o assunto leu parte do documento enviado à CTAP, a seguir transcrito:
424 *"1) A Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, projetada para ser instalada no Rio Tocantins, já*
425 *foi objeto de apresentações perante esse colegiado (na 35ª e na 36ª Reuniões da CTAP,*
426 *realizadas em 22 de abril de 2004 e 13 de maio de 2004, respectivamente). Contudo, naquelas*
427 *duas oportunidades apenas foram feitos esclarecimentos acerca das características gerais dos*
428 *aproveitamentos hidrelétricos do rio Tocantins sem que nenhuma deliberação ou*
429 *encaminhamento posterior tivessem sido tomados. Portanto, nada mais adequado e oportuno*
430 *que instá-la, a CTAP, a tomar um posicionamento, conforme o que será solicitado mais abaixo.*
431 *De momento, é preciso lembrar ainda que, por ser o rio Tocantins um curso d'água federal,*
432 *conforme a definição do art. 20, III, da Constituição Federal de 1988, compete à Agência*
433 *Nacional de Águas – ANA a outorga preventiva da reserva de disponibilidade hídrica à UHE*
434 *Estreito (em vista do art. 6º, § 1º da Lei nº 9984/2000), bem como a outorga de uso da água,*
435 *conforme também dispõe o art. 4º, IV, da Lei nº 9984/2000, as quais não se confundem com a*
436 *outorga do potencial hidráulico concedida em 26 de novembro de 2002, por meio de um decreto*
437 *sem número. E, demais disso, é fato também que o Comitê Federal de Bacia do rio Tocantins*
438 *ainda não foi instalado. Assim, diante dessas circunstâncias, cabe ao CNRH, em vista do*
439 *disposto no art. 35, II da Lei nº 9433/97, avaliar a regularidade das outorgas (preventiva e de*
440 *uso dos recursos hídricos) que eventualmente já tenham sido concedidas para a UHE Estreito,*
441 *bem como ele é competente para estabelecer critérios a serem observados, se essas outorgas*
442 *ainda não foram concedidas, uma vez que, diante da ausência do Comitê de Bacia do Tocantins,*
443 *ele também tem competência para deliberar, pois funciona como seu superior hierárquico*
444 *imediato, por força do que dispõe o art. 33 da Lei Federal nº 9433/97, modificado pelo art. 30*
445 *da Lei Federal nº 9984/2000, interpretados segundo a inteligência dos art. 11, 12, 17, 48 e 56, §*
446 *1º da Lei Federal nº 9784/99, que regula o processo administrativo em âmbito federal."* O **Sr.**
447 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** certificou-se que a leitura referiu-se ao inciso II, art. 35
448 da Lei nº 9433/97 para imputar ao CNRH a atribuição de avaliar a regularidade das outorgas e
449 contestou a afirmação por não estar de acordo com o estabelecido nesse dispositivo legal.
450 Ressaltou os abjetivos das apresentações e solicitou que as intervenções fosse no sentido de
451 esclarecer dúvidas e não entrar em discussão conceitual que seria objeto do próximo item da
452 pauta. O **Sr. João Clímaco (ONG)** replicou que a discussão conceitual fora resultado de um fato
453 gerador que suscitou a avaliação da câmara, com o objetivo de resolver os problemas existentes
454 antes de se ultrapassar o limite que levaria a uma ação judicial. Afirmou que esse conceito, na
455 forma colocada, não atenderia à realidade social para que foi criado e ao direito das comunidades
456 e socioambiental das legislação brasileira. Concluiu dizendo que a outorga é antes de tudo um
457 poder de estado condicionado a uma realidade que justifica sua própria existência. O **Sr. Vitor**
458 **Sarno (CERH-BA)** indagou se essa discussão não seria objeto de pauta do plenário do CNRH
459 por ser o fórum para dirimir problemas com poder de deliberação e se a CTAP poderia
460 encaminhar a matéria para a CTIL. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** explicou que
461 o CNRH vem exercitando a competência prevista no inciso VI do art. 35 da Lei 9433/97, que
462 resumidamente significa a regulamentação dessa lei, no que se refere a critérios ou conceitos
463 gerais e não para esse caso específico. **Sr. Fred Crawford (MT)** disse que após as explanações
464 e discussões subseqüentes entendera perfeitamente a legislação pertinente e as competências de
465 cada órgão nesse processo. Entretanto, teria questões a apresentar, uma vez que a ANA
466 descumpriu a lei ao editar a Resolução nº 131/2003 sem atentar para os princípios da gestão

467 integrada, dos usos múltiplos e da racionalidade e para a outorga de uso de recursos hídricos,
468 principalmente na redação que deu ao item 7º de tal resolução. Nesse sentido solicitou uma
469 consulta formal da CTAP à ANA com a formulação das seguintes perguntas: a) A outorga da
470 ANEEL para a UHE-Estreito teria caducado em face ao Art. 5º da Lei 9984/2000, considerando
471 que o empreendedor somente iniciou a obra em fevereiro de 2007? b) A suspensão total ou
472 parcial da outorga, conforme previsto no Art. 15 da Lei nº 9433/97, poderia ser feita no caso do
473 exposto no inciso VI do mesmo artigo, considerando que não há previsão de transporte
474 hidroviário, ou seja, a navegação poderá ser prejudicada? O **Sr. Alan Vaz Lopes (ANA)** prestou
475 esclarecimentos complementares sobre processo de transição para emissão da outorga, da
476 ANEEL para a ANA, observando que os princípios da gestão integrada e dos múltiplos uso não
477 foram observados porque a legislação à época assim o permitia. Para a questão dos prazos disse
478 que estão fixados no artigo 5º da Lei 9984/2000 e que não teria informações sobre o início e
479 conclusão das obras. Após a discussão da proposta houve consenso pela formalização da
480 consulta à ANA. O **Sr. Joaquim Gondin (ANA)** disse que isso seria a discussão da legalidade
481 da resolução nº 131/2003 e os questionamentos a serem encaminhados pela CTAP seriam
482 respondidos pela Procuradoria Jurídica da ANA. Passou-se então ao [Item 5 – Discussão das](#)
483 [Demandas da Sociedade Civil sobre a UHE-Estreito.](#) O **Sr. Márley Caetano de Mendonça**
484 **(SRHU)** destacou que as discussões ocorridas até o momento seriam preparatórias para o
485 cumprimento deste item da pauta e solicitou inscrições dos manifestantes. O **Sr. João Alberto**
486 **Martins (Prefeito de Carolina)** reportou-se ao documento contendo mais de vinte demandas da
487 comunidade local, ainda não atendidas, pelo consórcio, dentre as quais destacou a solicitação de
488 ajuda ao empreendedor para a elaboração do Plano Diretor do Município. Disse que pela
489 morosidade do empreendedor em atender essa demanda, a Prefeitura elaborou esse plano diretor
490 por conta própria que ficou diferente, quando comparado ao proposto pelo consórcio CESTE.
491 Destacou como principais pontos divergentes: oanel viário para desviar o trânsito de carretas do
492 centro do município, para redução do custo de manutenção da estrutura viária do município; a
493 necessidade de construção de um novo cemitério em função da área de inundação, e a construção
494 de casas para relocação da população atingida pela barragem, entre outros de cunho ambiental.
495 Afirmou que o diálogo com o consórcio CESTE tem-se mostrado extremamente difícil, que as
496 reuniões aqui anunciadas não são do conhecimento das autoridades locais. Solicitou ajuda à
497 CTAP para facilitar essa aproximação, entregou uma cópia do documento citado aos
498 representantes do consórcio e agradeceu à CTAP pela oportunidade colocando-se à disposição de
499 todos para os entendimentos necessários. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**
500 agradeceu a participação do Sr. João Alberto Martins, Prefeito de Carolina, enaltecendo sua
501 condição de representante oficial da população desse município e solicitou aos demais inscritos
502 brevidade em suas manifestações, em função do pouco tempo disponível até o final da reunião.
503 O **Sr. João Clímaco (ONG)** teceu considerações sobre os encaminhamentos a serem dados
504 nessa reunião, devido à constatação de insuficiência na engenharia de gestão dos recursos
505 hídricos e meio ambiente. Propôs a integração desses sistemas com a criação pelo empreendedor
506 de GT's dos subprogramas, com a participação e apoio da CTAP, onde essas questões seriam
507 resolvidas. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** esclareceu que o CNRH e suas
508 câmaras técnicas não poderiam participar de grupos de trabalhos criados em outras instâncias
509 administrativas. O **Azarias de Oliveira (AABE)** disse que em seu entendimento a comunidade
510 local tem plena consciência da necessidade de construção de usinas hidrelétricas, para o
511 atendimento das demandas causados pelo desenvolvimento nacional. Entretanto, observou que a
512 recíproca não seria verdadeira à medida em que o empreendedor não respeita os direitos das
513 comunidades locais. Apontou a falta do gerenciamento do empreendimento, com a participação
514 da comunidade, como um dos entraves para a solução dos problemas econômicos, sociais e
515 ambientais que têm ocorrido, a exemplo da especulação imobiliária em torno a área a ser
516 inundada, por falta de informações à população e solicitou apoio de todos na construção desse
517 diálogo. O **Sr. João Olímpio Barbosa (Carolina-MA)** ratificou as manifestações sobre a falta
518 de comunicação do empreendedor com o Município de Carolina, o maior dos doze atingidos pela

519 UHE. Disse que as apresentações do CESTE nas reuniões não representam a realidade dos
520 acontecimentos, porque o município de Carolina foi alijado do processo por discordar dos termos
521 e não assinar o acordo proposto. Informou que o Governo do Estado do Maranhão criou uma
522 comissão, com a participação do CESTE, para discutir o problema da UHE-Estreito e que o
523 consórcio se retirou desse fórum. Às 17h50 o **Sr. Fred Crawford (MT)** perguntou sobre a
524 existência de ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) no Município de Carolina (MA) e diante
525 da resposta negativa, oferecida pelo Prefeito dessa cidade, sugeriu incluir nos questionamentos a
526 serem encaminhados à ANA, a análise da capacidade de suporte do lago a ser formado pela
527 Barragem de Estreito para a diluição do lançamento de efluentes do município, considerando que
528 a capacidade de diluição de efluentes em reservatório, para as mesmas vazões, é menor do que a
529 em corrente livre, assim como considerando a necessidade de o CESTE equacionar essa questão
530 sanitária. Ao ser informado pelo **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** da ausência de
531 quórum para o encaminhamento de matérias solicitou o registro em ata para discussão na
532 próxima reunião. Os itens [6 – Relato das Atividades do GT-Eclusas](#), [7 – Discussão sobre o PLS](#)
533 [nº 209/207](#), [8 – Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso II, Art. 35, da Lei nº](#)
534 [9.433/97](#) e [9 – Assuntos Gerais](#) da pauta não foram cumpridos devido à ausência de quórum e ao
535 adiantado da hora. [Item 10 – Encerramento](#) Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Márley Caetano**
536 **de Mendonça (SRHU)** agradeceu a todos pela presença e encerrou a 60ª Reunião da CTAP às
537 18h00m.

Márley Caetano de Mendonça
Presidente

Aureliano Cesar Martins Silva
Relator

538